

PUCviva

N.º 511-29/11/2004

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Conheça
os assessores da
nova reitoria

*
Consun
homenageia
professor Ronca

ÉBANO PIACENTINI



Com o Palácio do Planalto ao fundo, manifestantes repudiam as intenções do governo

Marcha a Brasília reúne 10 mil contra as reformas

Brasília, quinta feira, 25 de novembro de 2004. Por volta das 11h30 da manhã, a Marcha Nacional para barrar as reformas Universitária, Sindical e Trabalhista, partia da frente da Catedral rumo à Praça dos Três Poderes. Segundo os organizadores da marcha, o número de participantes chegou a 10 mil: metade estudantes, metade trabalhadores.

Os manifestantes protestaram pacificamente, e seguiram juntos rumo ao Ministério do Trabalho, em meio às intervenções de professores, estudantes, executivas nacionais, partidos, sindicatos e associações. Em seguida, concentraram-se em frente ao Palácio do

Planalto, onde outros se pronunciaram. Por fim, a marcha tomou a direção do Ministério da Educação.

A avaliação comum às entidades presentes é de que, embora ainda haja posições divergentes sobre como reagir às reformas, a Marcha foi um marco da luta unificada da sociedade brasileira, dando um recado massivo ao governo Lula, seus ministros e parlamentares, contra reformas que expressem o mesmo caráter neoliberal do governo FHC.

Nas páginas internas, o *PUCviva* relata mais momentos do protesto, nas palavras do repórter Ébano Piacentini, nosso enviado especial.

APROPUC e AFAPUC repudiam o assassinato de sem-terras

Mais uma vez a barbárie se faz presente contra os sem-terra, agora em Minas Gerais. A APROPUC e a AFAPUC repudiam a violência dos latifundiários contra os trabalhadores do campo e exige que o governo do PT/Lula cumpra a sua promessa de Reforma Agrária.

É preciso barrar a reforma universitária do governo PT/Lula

A APROPUC cumpriu seu dever de organizar a ida à manifestação em Brasília contra a reforma de ensino, que aumenta a privatização e golpeia a educação pública. Procuramos unificar professores, funcionários e estudantes para dizer ao governo do PT/Lula que a reforma ditada pelo FMI/Bird é antinacional e antipopular. Atende aos interesses dos capitalistas e não da população brasileira, cuja maioria é trabalhadora e não tem acesso ao ensino médio e superior.

Frente a medidas contrapostas às necessidades do País e dos trabalhadores, que inclui a maior parte da juventude, a APROPUC promoveu debates internos, atuou nas manifestações juntamente com os Centros Acadêmicos, realizou reuniões, divulgou críticas à reforma e contribuiu para o protesto em Brasília.

Há muito o que se fazer.

O governo está empenhado em implantar a diretriz privatista e de maior desobrigação do Estado com o ensino público e gratuito. Enfrentá-lo significa confrontar acordos com o FMI, que expressa o poder do capital financeiro e das potências sobre os países semicoloniais. Portanto, está colocada a luta antiimperialista.

No ato de Brasília, a diretora da APROPUC, professora Maria Beatriz Abramides (Bia), fez um pronunciamento de denúncia da política educacional mercantilista e deixou claro que não se trata de defender posição corporativista. Nada mais correto, por parte de quem trabalha em escola particular, do que levantar a bandeira do NÃO ao Pró-Uni.

Chamamos a atenção ao fato de que o que está em questão é a educação do País, que diz respeito não a uma minoria, mas à grande maioria que padece de todo tipo de opressão, inclusive espiritual.

A APROPUC não diz apenas NÃO, contrapõe-se com o SIM ao ensino público e gratuito, acesso universal, científico e controlado por quem trabalha e estuda.

O governo parece inabalável e tranquilo diante dos protestos. Ocorre que conta a seu favor com a divisão no movimento estudantil-docente e sobretudo com a inércia do movimento operário frente ao conjunto de reformas.

A divisão se evidenciou nas duas manifestações, no mesmo dia, em Brasília - uma pela manhã, outra pela tarde. E por quê? Porque os objetivos eram aparentemente distintos: de manhã contra as reformas neoliberais, de tarde contra a política econômica do governo e pela reforma agrária.

Essa divisão tem a ver com a influência dos governistas e das lideranças que continuam iludidas com a possibilidade de Lula governar para os trabalhadores. A manifestação de Brasília contra as reformas se mostrou independente e aponta o caminho a seguir. É preciso reforçá-lo, lutando pela unidade do movimento social.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*

Consun não suspende alunos envolvidos em briga

O Conselho Universitário (Consun) decidiu punir com advertência dois estudantes de Direito e absolver outro no processo administrativo sobre uma briga nos Jogos Jurídicos de Avaré, em 2003. A pena sugerida inicialmente era de 90 dias de suspensão para os três alunos.

A decisão foi tomada na quarta-feira passada, 24/11. O assunto havia entrado na pauta um mês antes, quando a maioria dos conselheiros declarou-se impossibilitada de decidir, já que havia muitos questionamentos sobre o processo. Nos 26 dias entre uma sessão e outra, os autos ficaram disponíveis para consulta, mas apenas dois membros do conselho analisaram o texto nesse tempo.

A professora Ana Bock emitiu parecer apontando diversas inconsistências no processo. A briga - que ocorreu numa festa e começou aparentemente com a "disputa" de uma garota - envolveu grande número de estudantes e, para a conselheira, a comissão processante determinou como verdadeira uma das inúmeras versões trazidas nos depoimentos, sem nenhum fundamento lógico. A professora também colocou em dúvida a principal acusação do caso, o espancamento de um estudante pe-

los três processados. O argumento central era um documento dos médicos que atenderam o aluno no hospital, atestando que ele não havia sido vítima de tal espancamento.

Os alunos Giuliano Bellinatti e Jonas Teixeira foram punidos com advertência. O terceiro, Rodrigo Lopes, foi absolvido, com base no parecer do conselheiro Vladimir Silveira, aluno da pós-graduação, atestando que em nenhum momento os autos comprovavam a participação do estudante na briga.

Licenciatura

As novas normas para os 13 cursos da PUC que formam professores também tomaram bastante tempo na reunião, mas acabaram aprovadas. As principais dúvidas do Consun giraram em torno da comissão criada pelo projeto, que une os coordenadores de Licenciatura de cada área. Inicialmente, a intenção era subordinar tal comissão ao Conselho de Ensino e Pesquisa. Depois de longo debate, decidiu-se que ela deve reportar-se ao Conselho Departamental de cada faculdade, e que seu coordenador deve obrigatoriamente ser professor do Centro de Educação.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.
Coordenação: Valdir Mengardo. Sub-editor: Leandro Divera.

Reportagem: Ébano Piacentini. Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. Colaboraram nesta edição: Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. Telefones da Apropuc: 3670-8209 e 3872-2685. Correio Eletrônico: apropuc@sanet.com.br. Telefone da Afapuc: 3670-8208. Endereço do PUCviva: Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.

Ato reforça críticas ao projeto do governo

A ida de estudantes e professores da PUC a Brasília foi precedida por um ato-debate contra a Reforma Universitária, na terça-feira, 23/11. A discussão trouxe à tona novas análises sobre o assunto, e no fim os presentes aprovaram por aclamação o manifesto elaborado conjuntamente pela APROPUC e pelos centros acadêmicos. Nesta edição, reproduzimos a íntegra do texto, amplamente divulgado na manifestação do dia 25.

O Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA), reunido no dia anterior, fez uma reflexão conjunta do sentido da reforma. O ponto de vista dos estudantes foi levado ao ato-debate por Rogério Perito, do CA Leão XIII. A professora Bia Abramides, do Serviço Social, marcou algumas das posições da APROPUC. A mesa também contou com o professor Rubens Sawaia, da FEA, e foi coordenada pela presidente da entidade dos professores, Priscilla Cornalbas.

O representante dos alunos estabeleceu um entendimento histórico dos ajustes neoliberais no mundo e no Brasil, motivados pela crise do capitalismo iniciada na década de 70. Segundo ele, desde essa época o espaço público vem sendo reduzido progressivamente, com as privatizações de setores essenciais do Estado. Na Educação, a transferência de responsabilidade do governo para as empresas é uma das características da Reforma Universitária, com iniciativas como o crédito estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

A estratégia mais recente do governo nesse caminho, ainda de acordo com Rogério, é a de “escamotear a diferença entre público e privado”, ignorando que o aspecto básico de qualquer empresa privada é investir para lucrar – diferença fundamental em relação ao que é público. O estudante criticou ainda a forma como a PUC aderiu ao ProUni, numa sessão esvaziada que uniu Conselho Universitário e Conselho de Ensino e Pesquisa, onde apenas 18 dos 64



A mesa que analisou a Reforma Universitária, na sala P-65

conselheiros estavam presentes. Para ele, a Reitoria defendeu o projeto baseando-se no medo, no temor de que seria muito mais difícil comprovar filantropia se a universidade não aderisse.

Ação de rua

Bia Abramides, da APROPUC, defendeu que o combate à Reforma pretendida pelo governo não deve se restringir aos debates, mas ter ainda ações de rua, como a manifestação de 11/11, na Avenida Sumaré – que acabou em violência policial – e a própria Marcha sobre Brasília.

A professora afirmou que os direitos sociais plenos não são possíveis dentro do capitalismo, já que o sistema é baseado na exploração do trabalho. “Lutar pelos direitos sociais é lutar pela própria construção do socialismo”, concluiu, tendo em vista que no sistema atual é impossível superar a divisão entre classes.

O governo Lula também recebeu críticas, já que, durante a campanha, o então candidato falava em destinar à Educação 7% do orçamento da União. Em 2003, o índice foi de 4%, mas a justificativa era de que o planejamento foi herdado de FHC. Em 2004, mesmo com o orçamento definido pela própria

administração atual, o valor foi ainda menor do que o anterior.

A Reforma representa “a destruição da universidade como lugar onde se pensa o mundo de forma crítica”, apontou Rubens Sawaia, presidente da Ange (Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia). Como exemplo, o professor citou um dado estatístico: grande parte dos alunos de instituições privadas só consegue pagar as mensalidades até o terceiro ano de curso. A solução? A Portaria Federal que reduziu a duração mínima de vários cursos para apenas três anos, anunciada pelo MEC ainda no governo FHC.

“Sobrevivência” da PUC

“Alguns dizem que a PUC pouco muda com a Reforma Universitária”. Mas o fato é que não vamos ser uma “ilha de maravilhas em meio à lama desse país da escola privada”, assinalou a presidente da APROPUC Priscilla Cornalbas. “A PUC só ‘sobrevive’ às custas de altas mensalidades e salários parcelados”, considerou, lembrando que, em algum momento, toda comunidade vai ter de se posicionar quanto a isso.



Professores, estud.

EM DEFESA DA EDUCA

Na concentração para a Marcha, as palavras de ordem ilustravam o sentido que se buscou com a manifestação em Brasília. Algumas delas contestavam as reformas em geral: “Contra reforma neoliberal, hoje é o dia de parar a capital!”. Outras enfatizavam a Reforma Universitária: “Ô Lula, que papelão, essa reforma privatiza a Educação!”.

A Marcha buscava unificar todos os setores em luta contra as reformas Universitária, já em curso, Trabalhista e Sindical, ainda por vir. As entidades e partidos se aglutinaram em torno de vários carros de som. Segundo a polícia militar, a manifestação tinha mais que um quilômetro de extensão.

A caminhada ocorreu na avenida em frente aos ministérios, e, depois de passar em frente ao Ministério do Trabalho, parou na esquina da Praça dos Três Poderes, próxima ao Palácio do Planalto. Lá, as principais lideranças dos partidos e sindicatos falaram, com destaque para o presidente do PSTU, Zé Maria, e para a líder do partido em formação P-SOL, Heloisa Helena. O ponto comum de suas intervenções era justamente a união dos setores para barrar as reformas

neoliberais. Um membro da Coordenação Nacional de Lutas ressaltou que a Marcha reunia todos os que, ao longo do ano, lutaram contra a Reforma Universitária, os estudantes que participaram das greves nas estaduais paulistas, e os grevistas das federais da Paraíba, Bahia e Viçosa, entre outras. O estudante enfatizou que a mobilização deve continuar, com o objetivo de juntar ainda mais pessoas, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Confronto

Ao mesmo tempo, um grupo de estudantes resolveu tomar banho no espelho d'água, e entrou em confronto com a PM, que prendeu dois deles. Em seguida, a Marcha passou pela frente de outros ministérios, até chegar ao da Educação. Ali, pronunciaram-se entidades como Andes, Fasubra, Sinasef, CNTE, os DCEs da USP, da UFRJ, da UFRGS, diretores de oposição da UNE, a Conlute e as Executivas de Serviço Social, Educação Física, Enfermagem, Letras e Comunicação.

“Nós percorremos este país, discutimos com os estudantes, com os

DCEs, CAs, com as executivas de cursos. Estivemos lado a lado no debate, e nas ações de resistência contra a Reforma que o governo Lula e o ministro Tarso Genro querem enfiar goela abaixo do movimento e da sociedade brasileira”, disse a presidente da Andes, Marina Barbosa. Na avaliação da militante, a Reforma Universitária faz com que “a classe trabalhadora tenha o sonho de ir para a universidade pública destruído”. Marina fez, ainda, um apelo ao Congresso Nacional: “chamamos a responsabilidade do Parlamento, que está se curvando diante do autoritarismo do governo. É necessário que os parlamentares votem contra a MP do ProUni, que não sejam coniventes com este processo”.

Para o representante do DCE da UFRJ, “é preciso ter claro contra quem nós estamos lutando. Só em 2002, o governo Lula cortou R\$ 341 milhões da Educação, e este ano, R\$ 630 milhões”. Ele criticou ainda as Medidas Provisórias do Executivo: “o governo Lula, que prometia um amplo debate sobre a Reforma, vem implementando-a via MP, algo que tanto criticou no tempo de FHC”.



Na parte superior, manifestantes exibem as faixas da PUC (esq.). Ao centro, a Marcha caminha para os Ministérios. Ao lado, a intervenção da diretora da APROPUC Bia Abramides. No canto direito, o protesto bem humorado contra o ministro Berzoini. Na parte inferior, um mar de bandeiras e faixas inundou as ruas centrais de Brasília (esquerda e centro). À direita, os manifestantes caminham sobre o espelho d'água, sob os olhos vigilantes do aparato policial.

ntes, trabalhadores,

ÇÃO E DO TRABALHO

Além disso, lembrou que “o movimento estudantil fez um vitorioso plebiscito nacional, em que 50 mil estudantes disseram não à Reforma Universitária”.

Teatro

Após as falas, para encerrar o ato, um grupo de teatro da UnB apresentou-se aos milhares de estudantes presentes, com a peça *MEC Student Program*, uma sátira das universidades privadas. Um dos projetos fictícios apresentados era, o “Fiasco”, oferecido para quem não conseguiu o Fies do governo, que propunha “um financiamento sem burocracia, rápido e fácil, que você paga em parcelas a perder de vista”. Outro “plano”, o “MEC Chic”, oferecia os cursos de “Sociologia Emergente, Direito Ilegal e Economia Extorsiva”. A peça terminava com a música de promoção do “programa”: “para quê fazer vestibular, se agora é só pagar? O governo não vai se importar! Para quê pesquisa e extensão, preparamos você para o Provão! Os recursos da União vão parar na nossa mão: é o bigMEC!”.

PUC marca presença na Marcha

APUC-SP compareceu em peso na capital da República. APROPUC, sete centros acadêmicos e mais de cem alunos da universidade participaram da Marcha. Foram três ônibus com estudantes, um financiado pela APROPUC, outro pelo Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) e um terceiro pelo CA de Letras.

Após muitas reuniões e trabalho conjunto, oito entidades representativas da universidade assinaram um Manifesto Contra a Reforma Privatista do Ensino (leia o texto nesta edição).

Durante a caminhada, os estudantes, junto com as diretoras da APROPUC Priscilla Cornalbas e Beatriz Abramides, exibiram faixas, distribuíram o manifesto e trocaram impressões com manifestantes de todo o país. No ápice do ato, com milhares de estudantes em frente ao Ministério da Educação, a APROPUC marcou posição. A professora Bia, que também é diretora da Associação Brasileira de Ensino e Pes-

quisa em Serviço Social (Abepss) lembrou que, recentemente, no congresso da entidade, três mil assistentes sociais disseram não ao conjunto de reformas (incluindo a do ensino superior), assim como a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), que decidiu não fazer o novo Provão.

Bia mencionou a recente repressão aos estudantes da PUC em ato contra a Reforma Universitária, considerando o conjunto de medidas como totalmente antidemocráticas. Falou também sobre o atual governo federal: “o seu governo, presidente Lula, está na contramão das necessidades do país e dos trabalhadores. Nós não temos ilusões de que o governo vai resolver os problemas dos trabalhadores, por isso temos que avançar na luta. Temos que ir às ruas, às grandes mobilizações”. A diretora citou as entidades da PUC e concluiu: “vamos à luta contra as reformas imperialistas. Pela unidade na luta dos trabalhadores e da juventude!”.

Manifesto contra a reforma privatista do ensino

Ao governo Lula
Ao Ministro da Educação
Ao Partido dos Trabalhadores

Nosso movimento vem a Brasília para protestar contra as Medidas Provisórias e o Projeto de Reforma do Ensino Superior por contrariarem as necessidades do País e, principalmente, por fortalecerem o ensino privado em detrimento do ensino público.

O Pro-Uni é um escandaloso instrumento de favorecimento aos empresários da educação. Proteger o ensino pago e prejudicar o ensino público significa aumentar a carga de custo da educação para garantir a lucratividade dos empresários. As mensalidades são altíssimas, cresce a inadimplência e a expulsão daqueles que não podem pagar.

Por mais que o governo procure esconder o sentido mercantilista de seu Projeto com a máscara da inclusão social, não deixa de transparecer seu caráter antinacional, antipopular e antidemocrático.

Antinacional porque atende ao FMI/Bird, agências do capital financeiro internacional e do imperialismo. É-nos conhecida a exigência desses organismos para que o Estado se livre o máximo possível do ensino público, a começar pela Universidade. Essa diretriz se contrapõe à necessidade do País de expandir o ensino público e assegurar-lhe meios materiais para um bom funcionamento. A utilização do ensino como fonte de negócio e de lucro empresarial corresponde à valorização do capital e controle particular da educação. Não por acaso a grande maioria dos empresários da educação já aderiram ao Pró-Uni. É-lhes vantajoso preencher os 40% das vagas ociosas às custas do dinheiro público. A orientação privatista ditadas pelo FMI/Bird vem ao encontro dos mesquinhos interesses dos empresários da educação e é assimilada pela burguesia nacional entreguista. É por isso que somente os trabalhadores e a juventude podem acusar e rechaçar o caráter antinacional da reforma.

É antipopular porque reforça a exclusão da grande maioria dos brasileiros, que são os trabalhadores e seus filhos. O predomínio esmagador das Universidades privadas demonstra com total clareza a divisão de classe da sociedade. Depois do ensino fundamental, a imensa maioria não tem como continuar os estudos. Constitui a força de trabalho que serve à exploração

capitalista. Não é um bom negócio para a burguesia investir na educação das massas além do estritamente necessário para manutenção da força de trabalho. Atendendo à formação universitária de uma pequena camada da classe média, considera suficiente. É a camada que pode pagar o ensino. É assim que calculam os governos patronais. Também calculam que os estudantes das Universidades públicas têm de pagar. Está aí a orientação privatista da reforma ditada pelo FMI/Bird e arquitetada no MEC, portanto contrária à aspiração da maioria, portanto antipopular.

É antidemocrático porque diminui o direito à escola pública e gratuita, transferindo maiores poderes aos exploradores da educação. Os donos das escolas impõem um regime empresarial, proibindo a liberdade de expressão, de crítica e de organização política de quem estuda e trabalha. Não são somente proprietários das instalações, assumem-se como proprietários da educação.

Presidente Lula, seu governo está na contramão das necessidades do País, ou seja, na contramão da maioria da população explorada, pobre e oprimida material e espiritualmente.

Ministro Tarso Genro, o Projeto do MEC está a serviço dos empresários da educação e da burocracia universitária obscurantista. Seu Projeto se contrapõe ao conhecimento científico e à elevação cultural daqueles que produzem a riqueza do País.

Dirigentes do PT, vocês são responsáveis pelo que faz ou deixa de fazer o governo Lula. Vocês estão vendo que a reforma em andamento e as MPs editadas são antinacionais e antipopulares.

Nós manifestantes, defensores do ensino público, gratuito, científico e controlado por quem trabalha e estuda, regido pela autonomia e democracia universitárias, viemos protestar contra mais uma das medidas neoliberais. Estamos em luta contra a reforma privatista, pela estatização do ensino privado e em defesa do acesso universal à educação em todos os níveis por meio do ensino público e gratuito.

25/11/2004

*APROPUC – Associação dos Professores da PUC-SP
Centros Acadêmicos: Leão XIII, CACS,
CASS, Clarice Linspector, Benevides Paixão,
CAFIL, CAPSico.*

Reitor Ronca recebe homenagem

Por iniciativa dos membros do Conselho Universitário (Consun) o professor Antonio Carlos Ronca, cujo mandato encerrou-se no domingo, 28/11, recebeu uma homenagem pelos 12 anos em que ficou na direção da universidade.

Um vídeo produzido pela TV PUC lembrou os principais momentos da gestão Ronca, através de depoimentos de professores e funcionários da PUC.

O evento contou com a apresentação do professor Alípio Casali e com um pronunciamento emocionado da professora Salma Tannus Muchail, que discursou em nome do Consun. O professor Alfredo Tabith Jr., diretor da Derdic, agradeceu ao reitor pelas melhorias implantada em sua unidade.

A professora Priscilla Cornalbas, falando pela APROPUC, lembrou os conflitos que ocorreram em toda a gestão do professor, mas ressaltou seu reconhecimento da legitimidade da entidade (veja íntegra do pronunciamento no quadro ao lado).

Balanco da gestão

Os conselheiros do Consun receberam na última reunião sob a gestão Ronca o Relatório de Gestão, período 2000-2004. A publicação historia as particularidades da gestão no seu âmbito organizacional, suas marcas e principais realizações. O relatório será entregue a todos os setores acadêmicos e administrativos da universidade.

Carta da APROPUC ao reitor

A APROPUC se faz presente, nesta homenagem, considerando a relação que houve entre nossa entidade e o reitor professor Antonio Carlos Ronca.

Em nossos embates, sempre houve reconhecimento, por parte do reitor, da legitimidade de nossa associação como representante dos professores.

São bem conhecidos de todos os profundos conflitos em torno da crise e das medidas adotadas por sua gestão. Mas, neste momento, acentuamos a importância de garantir a democracia universitária, que, entre outras características, implica o direito de

organização sindical dos trabalhadores.

É fundamental o respeito da direção da universidade à representação e manifestação política das entidades.

Enfatizamos que nossa presença é movida pelo histórico dos conflitos e das negociações, que tiveram por base o direito democrático de organização e representação dos trabalhadores em educação.

Neste momento, a homenagem tem por conteúdo a defesa da democracia universitária.

Priscilla Cornalbas
Presidente da APROPUC

Vice-Reitorias terão 18 assessores

A reitora Maura Vêras nomeia nesta segunda-feira, 29/11, os 18 novos assessores das vice-reitorias comunitária, acadêmica e administrativa. Outros três professores foram nomeados para coordenar as funções de Comunicação, Ouvidoria e Convênios, sem ligação específica com nenhuma das três divisões.

Até o fim do mandato de Antonio Carlos Ronca, as três vice-reitorias somadas tinham 19 assessores. Três deles – Ronaldo Grecco e Edevaldo Gomes, da Vrad, e Célia Cintrão Forghieri, da Vracom – continuam em seus cargos na gestão de Maura. Abaixo, a lista completa dos novos assessores:

Reitoria: Guilherme Simões Gomes Jr. (Chefe de Gabinete), Fabio Mariano (Oficial de Gabinete), Fernando Alte-

meyer Jr. (Ouvidoria), Jorge Cláudio Ribeiro (Comunicação), Lucia Maria Bogus (Convênios)

Vice-Reitoria Acadêmica:

Dieli Vesaro Palma, Maria Clotilde Perez Rodrigues, Neusa Maria Oliveira B. Bastos, Sonia Barbosa Camargo Iglioni, Sonia Maria M. Allegretti, Vera Lucia Bastazin

Vice-Reitoria Administra-

tiva: Edevaldo Gomes, Francisco Hashimoto, José Nicolau Pompeo, Marcos Augusto de C. Senna, Paulo Roberto Pialarissi, Ronaldo Grecco, Waldomiro Piedade Filho

Vice-Reitoria Comunitá-

ria: Célia Cintrão Forghieri, Maria Celina de Q. C. Nasser, Marta Silva Campos, Paulo Roberto Moreira, Silvana Maria Tótora.

Rola na rampa

Procura pelo vestibular cai pelo segundo ano seguido

O número de inscritos para o vestibular unificado deste ano caiu para 24.557, uma queda de 6,2% em relação ao ano passado, quando houve 26.175 candidatos. O número leva em conta todas as sete instituições participantes, mas a procura específica pela PUC-SP também caiu, segundo a coordenadora do Vestibular, Ana Zilocchi. De 2002 para 2003, as inscrições gerais há tinham caído cerca de 9%. Além disso, 15 dos 33 cursos da universidade (45%) têm menos de dois candidatos por vaga. As provas acontecem neste fim de semana (4 e 5/12). No quadro abaixo, a relação candidato-vaga nos cinco cursos mais concorridos da universidade:

Relação candidato-vaga

Curso	Procura
Relações Internacionais (mat.)	15,64
Medicina (integral)	15,48
Relações Internacionais (not.)	10,98
Jornalismo (mat.)	8,6
Direito (mat.)	6,8

Curso de Multimeios finalmente reconhecido

O Diário Oficial da União publicou, no dia 16/11, portaria assinada pelo ministro da Educação Tarso Genro, reconhecendo o curso de Comunicação em Multimeios da PUC. O reconhecimento era reivindicação antiga dos alunos, que nas últimas semanas criaram até um "Movimento dos Sem Diploma" para cobrar da Reitoria providências junto ao Ministério.

Alunos da PUC em encontro nacional

Estudantes dos cursos de Comunicação da PUC estão participando ativamente dos preparativos para o Cobreco (Congresso Brasileiro dos Estudantes de Comunicação Social). O encontro acontece entre 16 e 23 de janeiro de 2005, em Vitória, no Espírito Santo, e vai avaliar o movimento estudantil da área e a conjuntura nacional de 2004, traçando metas para o próximo ano. Na pauta, temas como Reforma Universitária e a luta pela democratização da Comunicação. Uma reunião de preparação voltada aos alu-

nos da universidade está marcada para 8/12, às 12h e às 18h. Três dias depois, a PUC vai sediar o "pré-Cobreco" paulista, reunindo estudantes de Comunicação de todo o Estado. Além disso, três alunos do Jornalismo integram a chapa única que deve assumir a Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), entidade que organiza o Congresso. Um ônibus para levar os estudantes de São Paulo ao encontro está sendo providenciado. Informações no CA Benevides Paixão: 3670-8352.

Artistas do corpo mostram o que sabem

A terceira turma do curso de Comunicação das Artes do Corpo se forma neste ano, com apresentações gratuitas de teatro, dança e performance no Tucarena. Todos os projetos foram concebidos conjuntamente pelos alunos, sob a orientação de professores do curso. A peça *Escureceu ou eu que estou dormindo?* abriu o ciclo em 24/11. O segundo projeto na área do teatro chama-se *Ópio, láudano, pão, queijo, uma omelete*. Antonin Artaud, e fica em cartaz de 2 a 4/12, às 21h, e dia 5/12, às 20h. Na performance, são dois projetos: *Z.A.T. Bifurcação para o Verde* (7/12 às 15h e 8/12 às 21h) e *ma Argem* (7/12 às 21h e 8/12 às 15h). O espetáculo de dança *Camaleoa* será apresentado nos dias 10 e 11/12, às 20h, e 12/12, às 20h.

Professor da História premiado em concurso

O professor Antonio Gilberto Ramos Nogueira, do Departamento de História, ficou com o 1.º lugar no Concurso Silvio Romero de Monografias sobre Folclore e Cultura Popular, realizado anualmente pelo Ministério da Cultura. O trabalho premiado foi a tese de doutorado defendida em 2002 na PUC, que analisa a concepção de Mário de Andrade (1893-1945) sobre inventário cultural, defendendo o resgate da memória do povo brasileiro para a construção de uma identidade nacional. O sergipano Silvio Romero (1851-1914), foi um dos estudiosos pioneiros do folclore nacional.